



NUM RELANCE

Título: Transactional Environmental Support System (Sistema de Apoio à Decisão Ambiental de Comunicação Transaccional)

Instrumento: Projecto colaborativo (Projectos de investigação focada de pequena ou média escala), FP7

Duração: 33 meses

Data de início: 1/10/2008

Consórcio: 14 parceiros de 10 países

Coordenador do Projecto: Universidade Aristóteles de Tessalónica (Grécia)

Sítio Internet do Projecto: www.tess-project.eu

Palavras - chave: biodiversidade, uso sustentável, apoio à decisão; uso do solo

O DESAFIO

Nos últimos 50 anos os subsídios e as forças de mercado incentivaram o uso intensivo de algumas culturas na Europa, homogeneizando os usos do solo e provocando o declínio da biodiversidade. Nos mesmos 50 anos, a capacidade preditiva dos homens aumentou; para restringir efeitos adversos do desenvolvimento são agora utilizados métodos de avaliação sofisticados, técnica e juridicamente formalizados, incluindo a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Contudo, estes sistemas de avaliação são condicionados pela existência e actividade de peritos, de onde decorrem limitações à sua aplicação. Além disso, não existem sistemas análogos para avaliar a miríade de decisões informais tomadas diariamente por agricultores, silvicultores, gestores de espaços verdes e outros gestores da terra que, somadas, provocam impactos em muito maior escala. Em toda a Europa são muito necessários sistemas que apoiem e registem decisões de escala local, suplementadas com informação dos níveis regional e nacional. Bons exemplos desta necessidade são a aplicação da PAC e dos Fundos Estruturais.

OBJECTIVOS DO PROJECTO

O TESS concebeu um sistema de apoio à decisão que facilitará aos decisores políticos a integração do conhecimento local no processo de decisão, enquanto, ao mesmo tempo, guia e encoraja actividades de recuperação da biodiversidade e fomento dos serviços dos ecossistemas. A nossa visão é informar, incentivar e dotar de capacidade as comunidades locais para que apoiem a conservação da biodiversidade na Europa através de um sistema do Internet que unifique todo o conhecimento disponível, no apoio a decisões que beneficiem a biodiversidade e a qualidade de vida.

METODOLOGIA

Em primeiro lugar o TESS analisou e listou as exigências de informação dos governos aos níveis nacional e regional e identificou necessidades de informação local. Em seguida foi criada uma base de dados de modelos preditivos bio – sócio – económicos e identificadas as falhas nos modelos e dados existentes, quando comparados com as necessidades de informação previamente detectadas. Os casos de estudo realizados com comunidades locais testaram formas adequadas de compatibilizar as necessidades locais de apoio à decisão

e as contrapartidas de monitorização local adequadas aos requisitos das políticas centrais. Os casos de estudo também determinaram até que ponto a monitorização local (baseada nas escolas, nas ONGs, nos grupos comunitários ou em indivíduos motivados pelo uso de recursos naturais) podem fornecer dados ambientais. Um inquérito sobre práticas locais e governamentais, nos 27 estados membros da UE, Noruega, Suíça, Turquia e Ucrânia, identificou factores conjuntos de aplicação eficaz das avaliações formais (EIA+AAE) e as áreas prioritárias para o apoio à decisão baseado na internet e monitorização, quanto aos efeitos e benefícios para a qualidade de vida e biodiversidade.

RESULTADOS

O resultado central é o projecto sócio-económico e técnico para um Sistema de Apoio à Decisão Ambiental de Comunicação Transaccional (Transactional Environmental Support System (TESS)) para apoiar a troca da informação ambiental entre os níveis central e local e o cumprimento de compromissos em muitas áreas da Convenção sobre a Diversidade Biológica. O projecto foi testado através da implementação de um projecto socio-económico baseado num portal que continua para além do TESS (www.naturalliance.eu) visando a constituição de um SIG que permitirá fornecer informação de suporte à decisão em escalas muito detalhadas. Esta aproximação permitirá a integração de informação local em sistemas de avaliação de impacto ambiental através das tecnologias de informação, incluindo detecção remota/ GPS e Internet/serviços móveis. Os objectivos do TESS são mais ambiciosos do que apenas apoiar a política central. O objectivo último é ajudar a restauração e a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais, invertendo os processos que causaram a degradação. Os resultados do projecto também incluem recomendações, dirigidas àqueles que estão envolvidos na formulação, execução, monitoração e avaliação das políticas – aos níveis Europeu, Nacional, Regional, e Local, bem como linhas de orientação para a elaboração de políticas baseadas no modo como as tendências de evolução da biodiversidade se relacionam com as diferentes práticas através da Europa..

RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA POLÍTICAS

Propõem-se as recomendações seguintes, considerando a necessidade de concretizar as avaliações ambientais e de sustentabilidade através de incentivos e legislação apropriada:

1. As directivas de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) devem ser revistas à luz da sua integração e aplicação ao mesmo nível em todos os estados membros.



Algumas espécies de aves são facilmente monitorizadas pelo cidadão comum

2. Os Estados Membros devem ser chamados a dar informação regular acerca da forma como o seu planeamento e outros sistemas de decisão incorporam os princípios da avaliação de impacto e sustentabilidade ambiental em casos que caem fora do âmbito normal da AIA e da AAE.



Mapa de habitats para gestão do veado levantado por

3. A Comissão e os Estados Membros devem desenvolver requisitos de conformidade ambiental cruzada, incluindo a avaliação de mudanças significativas no uso do solo agrícolas e florestais, que estão actualmente incluídos na Directiva AIA, enquanto promovem a integração da biodiversidade e outra informação ambiental no regime de pagamento único.



4. Os Estados Membros devem aumentar a cooperação com a Agência Europeia de Ambiente assegurando-se que a informação obtida em processos de avaliação formal é partilhada, incluindo pelo público em geral, e, também, apoiando esforços no quadro da Directiva INSPIRE e outras iniciativas que visam melhorar a qualidade e compatibilidade dos dados ambientais.

5. A Comissão e os Estados Membros devem considerar o incentivo ao modelo de colaboração entre actores proposto pelo Plano de Acção da Biodiversidade, no sentido de promover redes regionais e locais de monitorização e recolha de informação.

6. Devem ser empreendidas acções para integrar dados e informação fornecidos por particulares com actividade no espaço rural, no processo formal de decisão, incluindo os Estudos de Impacto Ambiental, a Avaliação Ambiental Estratégica e outras avaliações ligadas aos processos de ordenamento do território.

7. A concepção de um sistema de informação ambiental eficaz necessita da padronização e centralização de uma grande diversidade de dados ecológicos e sócio – económicos, destinados a serem utilizados em diferentes níveis e escalas geográficas. Contudo, os requisitos relativos a estes dados deverão ainda ser entendidos e quantificados de forma mais aprofundada.

8. Serão necessários mais inquéritos pan – Europeus para conhecer com maior detalhe as necessidades de informação das diferentes autoridades, parceiros e actores sociais. Isto poderá ser muito facilitado se o EUROSTAT conseguir estabelecer grelhas de amostragem rigorosas para os grupos de utilizadores da terra identificados no TESS e também para as administrações locais com funções específicas.

9. Durante o desenvolvimento de qualquer sistema de apoio à decisão interactivo acessível a um grande universo de utilizadores, será muito importante a existência de guias sobre a informação existente ao nível local e sobre as finalidades para as quais poderá ser utilizada. Isto permitirá economizar tempo e custos na obtenção de informação trivial. Estes guias sobre a informação deverão ser produzidos com coordenação central.

10. Os decisores políticos devem considerar a relevância da participação de milhões de cidadãos da União Europeia em actividades relacionadas com a natureza, bem como o valor económico dessa participação.

11. De forma semelhante, o Eurostat deverá ser convidado a desenvolver avaliações dessas actividades nos Estados Membros da UE através de metodologias de amostragem adequadas, tal como há já algumas décadas acontece nos Estados Unidos da América

12. Para que seja garantido o apoio e participação activa das populações rurais, as políticas de conservação da biodiversidade deverão tomar em consideração as suas percepções e atitudes, as quais deverão ser inquiridas regularmente pela Comissão Europeia, usando as ferramentas adequadas disponíveis no Eurostat.

13. Tendo em atenção o rápido progresso da computação ubíqua nos últimos anos, incluindo a baixa de preços de equipamentos e a sua utilização pelo grande público, as instituições Europeias, os governos e agências Nacionais, devem promover casos de estudo e treino de actores locais no mapeamento e monitorização da biodiversidade e questões sócio – económicas conexas.

14. As alterações no uso do solo são de capital importância para a política de conservação. As alterações registadas recentemente pelo projecto CORINE merecem ser investigadas com urgência. Um sistema de mapeamento de base local como o que foi desenvolvido pelo TESS, tem capacidade para rapidamente fornecer informação para níveis mais elevados da administração, permitindo ajustamentos mais precisos das políticas .

15. As políticas e práticas de conservação devem reconhecer os legítimos interesses e as muito positivas contribuições dos utilizadores da paisagem, tais como neles incluindo os caçadores e pescadores. As parcerias entre os diversos actores, com o contributo da monitorização e numa lógica de gestão adaptativa, otimizarão o uso de recursos humanos e financeiros.

17. Existem muito boas razões para a integração de objectivos ambientais, sociais e económicos num sistema de decisão para utilizadores locais. Contudo, levar à prática um sistema como este consome uma quantidade importante de tempo e recursos. Estão



disponíveis no imediato algumas ferramentas de apoio à decisão, sendo porém limitadas quanto ao âmbito de aplicação, cobertura geográfica e disponibilidade em línguas diferentes do Inglês. Daqui decorre a necessidade de mais trabalho para melhorar a transferência de tecnologia nesta área.

18 O apoio e aconselhamento aos utilizadores da terra através da internet, bem como o uso de ferramentas de mapeamento deve ser precedido de uma avaliação e teste dos tipos de apoio necessários. O apoio deve agregar guias de boas práticas associadas a um largo espectro de âmbitos.

19. O intercâmbio de ideias e conhecimento no portal deve ser apoiado através de:

(a) publicidade dos governos e associações de âmbito nacional tendo como público os utilizadores da terra.

(b) dados e informação sobre casos de estudo e de boas práticas, com origem em investigadores ou organizações da área ambiental

(c) quando exequível, financiamento adequado, de qualquer origem

CONCLUSÕES

Globalmente, foi possível no TESS uma abrangente cooperação pan - europeia . Embora seja necessária muito mais investigação sobre as necessidades de informação e o desenvolvimento técnico dos sistemas de apoio à decisão, estamos já a transitar para a fase de implementação na prática.

Para prosseguir este esforço, desejamos reforçar as parcerias com os colegas que já estão no processo e agregar também novos participantes. Em especial aprovamos bastante a oferta feita na conferência final, realizada em Bruxelas em 25 de Maio de 2011, por parte da Directora Executiva da Agência Europeia de Ambiente, de proporcionar ao TESS uma sede para o futuro.



Continuamos convictos que a informação ambiental deverá ser recolhida e usada pelos cidadãos comuns, sujeita a salvaguardas de reserva de informação a nível individual num quadro de garantia aplicável a toda a EU. . Acreditamos que esta abordagem demonstrará que, tratando-se de conservar e recuperar a biodiversidade na Europa, os gestores da terra não fazem parte do problema mas sim da solução.

PARCEIROS DO PROJECTO	
Universidade Aristóteles de Tessalónica	GR
Universidade Bournemouth	GB
Natural Environment Research Council - Centro de Ecologia e Hidrologia	GB
Anatrack Ltd	GB
ERENA - Ordenamento e Gestão de Recursos Naturais S.A	PT
Tero Ltd	GR
Grupo Europeus de Especialistas em Uso Sustentável (ESUSG - GEEUS)	BE
Federação das Associações da Caça e Conservação da UE (FACE)	BE
Pro-Biodiversity Service	PL
Centro para a Cartografia da Fauna e Flora	SI
Instituto para a Conservação da Natureza da Szent Istvan University,	HU
Instituto de Tecnologias Sustentáveis da Universidade Técnica de Tallinn	EE
Instituto Nacional de I&D do Delta do Danúbio	RO
WWF Turquia	TR

